

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

MAPA DE CUIDADOS: INTERLIGANDO SABERES PARA A TRANSFORMAÇÃO CRIATIVA DA REALIDADE

Danielle Araújo

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10205>

Submetido em: 2024-10-14

Postado em: 2024-10-16 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

MAPA DE CUIDADOS: INTERLIGANDO SABERES PARA A TRANSFORMAÇÃO CRIATIVA DA REALIDADE

DANIELLE FERREIRA MEDEIRO DA SILVA DE ARAÚJO

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7918-4126>

<dannymedeiro@hotmail.com>

Pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, Departamento de Estudos Latino-Americanos, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal (DF), Brasil

RESUMO: O texto discute o conceito de cuidado em um contexto situado, evidenciando problemáticas e potencialidades no processo de escuta do território e construção de políticas públicas situadas. O enfoque da pesquisa é qualitativo, e utiliza-se como técnica de pesquisa bibliográfica e documental. Além disso, um relato de experiência da aplicação de um piloto da metodologia Mapa de Cuidados, aplicado durante a ministração do Curso “O conceito de cuidados: matrizes teóricas e temas emergentes”, vinculado ao Departamento de Estudos Latino-Americanos - ELA da Universidade de Brasília - UnB, em 2023. O Mapa de Cuidados é uma metodologia participativa, para levantar os múltiplos sentidos de cuidados, o reconhecimento da organização local dos mesmos, além de demandas e ofertas no território, subsidiando a construção de políticas públicas. Por fim, evidencia a importância de novas metodologias de escuta e co-construção de políticas públicas dentro e para os territórios.

Palavras-chave: cuidado, políticas públicas, escuta, território.

CARE MAP: INTERCONNECTING KNOWLEDGE FOR THE CREATIVE TRANSFORMATION OF REALITY

ABSTRACT: The text discusses the concept of care in a situated context, highlighting problems and potentialities in the process of listening to the territory and building situated public policies. The research focus is qualitative, and is used as a bibliographic and documentary research technique. In addition, an experience report on the application of a pilot of the Care Map methodology, applied during the teaching of the Course “The concept of care: theoretical matrices and emerging themes”, linked to the Department of Latin American Studies - ELA of the University of Brasília - UnB, in 2023. The Care Map is a participatory methodology, to identify the multiple meanings of care, the recognition of their local organization, in addition to demands and offers in the territory, supporting the construction of public policies. Finally, it highlights the importance of new methodologies for listening and co-construction of public policies within and for territories.

Keywords: care, public policies, listening, territory.

INTRODUÇÃO

O termo cuidado tem sentidos múltiplos, e pode estar vinculado a noções de amor, ética, políticas públicas, a expressão gera tensões no que tange principalmente a dicotomia público-privado, e trabalho-família.

Cuidar pode ser entendido como uma atividade destinada a cuidar dos membros da família ao longo de todo o ciclo de vida e inclui tanto cuidados indiretos — produção de bens e serviços — como pessoais diretos. Seja por questões de idade (nos extremos do ciclo vital) ou de saúde, por qualquer deficiência ou necessidades emocionais e afetivas, todas as pessoas precisam de atenção (Montaño; Calderón, 2010).

De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, o trabalho de cuidado compreende “*la producción de bienes y servicios esenciales para la vida, como la preparación de alimentos, la realización de tareas de apoyo físico o y emocional, la transmisión de conocimientos y valores y el acompañamiento a las personas para garantizar su bienestar*” (CEPAL, 2020, p.2).

O cuidado é socialmente reconhecido como pertencente ao universo feminino. Assim, é preciso ter em mente que “dentro de uma estrutura patriarcal, o cuidado é uma ética feminina (Gilligan, 2011; Molinier e Paperman, 2015). Porém, o cuidado reconhecido como relacional se remete às localizações sociais de quem cuida e de quem recebe os cuidados, e o gênero do cuidado vai se revelar imbricado com as categorias de raça, classe, e as desigualdades que se desvelam e interseccionam por meio das opressões e assimetrias (Guimarães e Hirata, 2011).

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos, modulada histórica e socialmente (Hirata e Kergoat, 1994). A questão é que o cuidado se constitui como uma fonte de recursos invisíveis não incorporados às narrativas econômicas, que tem um alto custo para as mulheres. Logo, tempo e valor econômico devem ser calculados de forma a computar o trabalho não remunerado, mas não são valorizados pois estão histórica e culturalmente associados ao universo feminino.

Verifica-se que “o excesso de carga que recai sobre as mulheres, ou sobre as famílias, resulta de uma distribuição desigual da provisão de bem-estar entre Estado, mercado e família, os três pilares

do bem-estar” (Andrade, 2018, p.109). É preciso olhar essa realidade como um fator que gera para as mulheres uma pobreza de tempo (Ferrito, 2021).

É preciso ter em mente que não é de maneira isolada que as categorias de gênero, raça e classe existem na vida dessas mulheres, mas definindo as suas relações cotidianas mais profundamente envolvidas em estruturas anteriores aos seus próprios nascimentos (Akotirene, 2019). Ao refletir sobre cuidado e gênero, torna-se fundamental compreender essa relação a partir de uma perspectiva interseccional, que permite entender sistemas de opressão interligados que circundam a vida de mulheres negras, indígenas, rurais, com deficiência, por exemplo, e isso requer o reconhecimento de que o cuidado também deve ser estudado a partir das categorias de classe e raça (Hill Collins, 2015; Hirata, 2022), além de outras como território, idade, deficiência, etc. (Araújo, 2023; 2024).

Mulheres negras moradoras de periferias, indígenas e rurais, por exemplo, não dissociam cuidados de territorialidades, as trocas entre os diversos seres implicam em negociações focadas na permanência da própria vida no território. Os territórios emanam de relações de pensar/cuidar situados, e precisam ser compreendidos de forma contextual (Araújo, 2024). Nesse sentido, o território é entendido como espaço de interações entre os aspectos naturais e sociais, levando-se em conta a dinâmica do cotidiano vivido pelas pessoas (Santos, 1996).

No Brasil, apesar de longos anos de estudos acadêmicos e debates dos movimentos sociais sobre o tema dos cuidados, apenas em 2023 o Estado integrou na agenda pública a temática, com o compromisso de promover políticas públicas que garantam o acesso ao cuidado com qualidade para quem cuida e para quem é cuidado.

A pesquisa é qualitativa, e utiliza-se da técnica de pesquisa bibliográfica e documental, tendo como base o relatório de pós-doutorado da pesquisadora desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparativos sobre as Américas (UNB), em 2022. E outras produções sobre a temática publicadas pela autora nos anos de 2023 e 2024.

Além disso, agrega um relato de experiência da aplicação de um piloto da metodologia Mapa de Cuidados, aplicado durante a ministração do Curso “O conceito de cuidados: matrizes teóricas e temas emergentes”, vinculado ao Departamento de Estudos Latino-Americanos - ELA da Universidade de Brasília - UnB, em 2023.

O Mapa de Cuidados é uma metodologia participativa, para levantar os múltiplos sentidos de cuidados, o reconhecimento da organização local dos mesmos, além de demandas e ofertas no território, subsidiando a construção de políticas públicas. Tem como objetivos reconhecer do processo integrativo dos cuidados; articular razão e emoção nas políticas públicas através do uso de metodologias integrativas; valorizar os saberes ancestrais de cuidados.

O presente artigo se divide em dois capítulos. O primeiro capítulo aborda o processo de transformação cultural em curso na América Latina, rumo a uma sociedade dos cuidados, mais especificamente o contexto brasileiro e o atual momento de construção de uma Política e um Plano Nacional de Cuidados. No segundo capítulo apresenta o relato de experiência da aplicação da metodologia Mapa de Cuidados no curso sobre “O conceito de cuidados: matrizes teóricas e temas emergentes”, e as estratégias de escuta e mapeamento das necessidades de cuidados no território, ministrado pela pesquisadora na UnB, em 2023. Por fim, evidencia a importância de novas metodologias de escuta e co-construção de políticas públicas dentro e para os territórios.

1. TRANSFORMAÇÃO CULTURAL NA AMÉRICA LATINA: UMA SOCIEDADE DO CUIDADO EM CONSTRUÇÃO

Nos anos críticos de 2020 a 2022 (quando o cuidado se tornou um recurso escasso em razão da pandemia de COVID-19), foi debatido sobre quem deveria receber cuidado e quais seriam os grupos prioritários. A sociedade, diante destas questões, precisou discutir a formulação de políticas e o paradigma da vulnerabilidade, ou seja, o cuidado não seria apenas necessidade de dependentes, pois todos iriam precisar deles e também cuidar (Araújo, 2023).

A visibilidade social que ganhou o tema dos cuidados possibilitou repensar as estruturas sociais, externalizando o que parecia invisível, a saber, como a organização social dos cuidados nas sociedades capitalistas e patriarcais naturalizam o espaço doméstico como local de surgimento do amor/cuidado (Daly; Lewis, 2000).

Além disso, demonstrou que os modos de cuidar, padecer e morrer estão atrelados a desigualdades sociais, econômicas, socio sanitárias e comunitárias, o que obriga a pensar o fenômeno do cuidado como uma categoria de análise e política que tem repercussões nas políticas públicas (Castilla; Kunin; Esmoris, 2020).

Os estudos sobre cuidados possuem diferentes matrizes teóricas, podem ser sintetizados em quatro grandes grupos: trabalho de cuidado, ética do cuidado, política pública e direito ao cuidado, interseccionalidade e cuidado.

Figura 1 – Quadro com as matrizes teóricas sobre Cuidados

Matriz Teórica	Marco	Principais contribuições	Referências bibliográficas*
Trabalho de cuidado	Estudos sobre gênero e trabalho – 1960/1970 (implícito)	Divisão sexual do trabalho, economia feminista e trabalho doméstico	Hirata e Kergoat, 1994; Ávila, 2011; Kergoat, 2009
	Estudos sobre trabalho de cuidado – 1990 (explícito)	Economia do cuidado; trabalho do <i>care</i> ; trabalho emocional	Batthyány, 2009; Carrasco, 2011; Rodríguez Enríquez, 2007; Guimarães, 2012; Molinier e Paperman, 2015; Hirata, 2016
Ética do cuidado	Gilligan (1982)	Cuidado como um padrão moral e ético de relacionamento humano; crítica à ética da justiça liberal e à dicotomia autonomia/dependência	Gilligan, 1982; Tronto, 1987; 2009; Ruddick, 1989; Kittay, 1999; Fraser, 2013
Política Pública e Direito ao Cuidado	Primeira década de XXI (AL e Brasil)	Análise do estado (direitos e políticas públicas); política social e regimes de bem-estar	Daly e Lewis, 2000; Martinez Franzoni, 2005; Pautassi, 2007; Razavi, 2007; Aguirre, 2011; Esquivel, Faur e Jelin, 2012
Interseccionalidade e cuidado	Estudos interseccionais (anos 1990)	Incorporação de classe, raça, etnia e outras formas de desigualdade (ex. migrações, idade)	Lorde, 1984; hooks, 2000; Crenshaw, 2002; Hirata, 2014; Hill Collins, 2015
		Trabalho doméstico remunerado (quem faz?) e cadeias globais de cuidado	Tronto, 2009; Todaro e Arriagada, 2012; Sorj, 2013; Pereira, 2016; Kergoat, 2016

Fonte: Moreno (2020).

É preciso ressaltar que estudos sobre divisão sexual do trabalho, trabalho doméstico e regime de bem-estar social vem sendo realizados desde Margaret G. Reid (1934), nos anos 1960 e 1970 (Daly; Lewis, 2000; Pateman, 1988; Guimarães; Hirata; Sugita, 2011; Bengoa, 2011). Como categoria autônoma o cuidado aparece na década de 1980 (principalmente com estudos como a ética do cuidado de Carol Gilligan). Também pode-se citar estudos analíticos sobre o patriarcado, a construção da ideologia da domesticidade (Scott, 1995; Gardiner, 2005) e economia feminista (Ferber; Nelson, 1993; 2003).

Como objeto empírico e categoria analítica, o cuidado tem sido estudado há pelo menos duas décadas de forma a integrar diferentes áreas do conhecimento, como o Direito (Pautassi, 2011; Vieira, 2018), a Psicologia, a Política Social (Daly; Lewis, 2000) e a Sociologia do Trabalho (Guimarães; Hirata; Sugita, 2011), por exemplo. Na América Latina, o tema vem ganhando prestígio nos estudos feministas e financiamentos de agências internacionais como Cepal, ONU Mulheres, Fundo de Populações das Nações Unidas e OIT (Araújo, 2023). Em 2018 foi realizado, no Uruguai, o primeiro Congresso Latinoamericano de Estudios de Género e Cuidado (Hirata, 2018).

A partir dos anos 2000 diversos estudos foram realizados no intuito de se categorizar as crescentes modalidades de trabalhos de cuidado (Duffy, 2005; 2011; Folbre, 2012). As novas pesquisas se voltaram para compreender a interdependência social, espiritual e material entre as pessoas, animais, entidades espirituais, paisagens e forças da natureza, direcionando a uma nova ótica de entendimento da relação natureza e cultura que extrapola a ideia de cuidado dentro de uma lógica individual e assume a noção de uma rede de cuidados. Atualmente, trabalhos se dedicam a estudar também as plataformas intermediadoras no mercado de cuidados como agências e plataformas digitais (Moreno, 2022; Cardoso; Pereira, 2023).

No campo da economia do cuidado temos como contribuição reflexões sobre a produção capitalista que não reconhece o trabalho não assalariado, negando-se a reprodução social o status de trabalho, sendo o mesmo reconhecido como atividade natural das mulheres, logo, inerente a manutenção das relações de dominação. Os estudos feministas deram visibilidade ao invisível e reformularam o conceito de trabalho, superando os limites entre público-privado e trabalho-família (Faria; Moreno, 2010; Esquivel; Faur; Jelin, 2012; Fraser, 2013).

A questão é que o cuidado se constitui como uma fonte de recursos invisíveis não incorporados às narrativas econômicas, mas que se transforma como um custo para as mulheres. Logo, tempo e valor econômico devem ser calculados de forma a computar o trabalho não remunerado, mas que não são valorizados, pois estão atrelados ao universo feminino (Durán, 2018; Blanc; Laugier; Molinier, 2020).

Além disso, se agrega a questão de gênero, outras categorias importantes para compreendemos as múltiplas agendas de cuidados. Por exemplo, os territórios, a saber, periféricos, mas, dialogando com os contextos rurais e indígenas, se constituem a partir de relações de pensar/cuidar situados, historicamente sofrem tentativas de extermínio e apagamento de saberes, eles sobrevivem através de

diferentes instrumentos de gestão da vida, e precisam ser compreendidos de forma contextual atrelados a noção de gênero, classe e raça (Araújo, 2024).

Por isso, quando refletimos sobre possíveis mudanças das lógicas de cuidado torna-se fundamental que a interpretação aconteça a partir de uma perspectiva interseccional, no sentido de se entender as aproximações e distanciamentos no que tange ao tema em estudo, ampliando assim a compreensão do fenômeno a partir de lógicas de opressão diferenciadas (Araújo, 2024).

O que significa dizer que: *“situar el tema del cuidado desde el lugar que han ocupado las mujeres indígenas, negras, mestizas y todas aquellas que han sido subalternizadas por ser consideradas no blancas lleva a que emerjan otros puntos de vista”* (Quiroga Diaz, 2011, p.111). É preciso sempre contextualizar, situar, posicionar as mulheres em seus múltiplos lugares sociais, econômicos e culturais.

Esse é um dos desafios que enfrenta a América Latina em seus processos de construção de políticas públicas de cuidados. A emergência das propostas de construção de políticas e sistemas de cuidados na América Latina expressa demandas de décadas dos movimentos feministas, governos, organismos nacionais e internacionais e academia. Um marco fundamental para a construção dos "mecanismos para o avanço dos direitos das mulheres " (ministérios, secretarias, etc) foi a Conferência de Beijing, também conhecida como a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, foi um encontro organizado pelas Nações Unidas em Pequim, China, entre 4 e 15 de setembro de 1995.

A partir da XII Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe (Santo Domingo, 2013), os Governos da América Latina e do Caribe, sob a liderança das ministras e altas autoridades dos mecanismos para o avanço das mulheres (MAM), manifestaram sua vontade e a necessidade de contar com uma estratégia regional para a implementação do Consenso de Santo Domingo (acordo 9, 50ª Reunião da Mesa Diretora da Conferência) e outros acordos regionais (CEPAL, 2017).

O aumento do investimento em políticas sociais para as mulheres está relacionado ao ciclo de governos progressistas na região. Na década de 2000, as políticas de cuidado passaram a integrar a Constituição da Bolívia, Equador e Venezuela. Eventos regionais buscaram abrir espaço para um diálogo para o intercâmbio e a recuperação das experiências, estratégias de ação e aprendizados de mulheres da região que lideraram e impulsionaram políticas de cuidado, como por exemplo, a XV Reunião da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e o Caribe “A liderança das mulheres nas agendas de cuidado: do porquê às estratégias”, realizando em 2022, na Argentina.

Os países participantes se comprometeram a adotar marcos regulatórios que garantam o direito ao cuidado por meio da implementação de políticas e sistemas de atenção integral a partir das perspectivas de gênero, interseccionalidade, interculturalidade e direitos humanos (Araújo, 2023).

Neste evento, o Brasil assinou o Compromisso de Buenos Aires, por meio do qual reconhece o cuidado como um direito das pessoas de cuidar, ser cuidadas e exercer o autocuidado com base nos princípios de igualdade, universalidade e corresponsabilidade social e de gênero e, portanto, como uma responsabilidade que deve ser compartilhada por pessoas de todos os setores da sociedade, famílias, comunidades, empresas e Estado.

O Brasil, em 2023, começou a construir uma Política e um Plano Nacional de Cuidados. O processo está sendo coordenado por duas Secretarias novas, Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família (SNCF) no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e a Secretaria Nacional de Autonomia Econômica e Políticas de Cuidados, no Ministério das Mulheres (MMulheres).

Dentro do Marco Conceitual da Política foi definido que o cuidado é um trabalho, uma necessidade e um direito universal. É um trabalho cotidiano de produção de bens e serviços necessários à reprodução e à sustentação da vida e à garantia do bem-estar das pessoas. Inclui tarefas cotidianas como a preparação de alimentos, manutenção da limpeza, organização e gestão dos domicílios e o apoio a atividades diárias de pessoas com diferentes graus de autonomia ou dependência. Essas necessidades são maiores em certos momentos do ciclo da vida e certas condições nas quais as pessoas têm menos autonomia e mais dependência. Além disso, trata-se de um bem público essencial para a reprodução da força de trabalho e o funcionamento da sociedade e da economia (MDS, 2023).

A Política, atualmente em tramitação no Congresso Nacional¹, reconhece que o cuidado é direito de todos e que é preciso se considerar a garantia desse direito para quem cuida e para quem é cuidado (o direito a ser cuidado, a cuidar e ao autocuidado). Sendo que a garantia do direito ao cuidado deve ser feita por meio da promoção da corresponsabilização social e de gênero pela provisão de

¹ Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Projetos/Ato_2023_2026/2024/PL/pl-2762.htm#:~:text=pl%2D2762%2D24&text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de%20Cuidados.&text=Art.cuidados%2C%20consideradas%20as%20desigualdades%20interseccionais. Acesso em: 11 set. 2024.

cuidados, consideradas as desigualdades interseccionais de classe, gênero, raça, etnia, idade, território e deficiência, entre outros.

O compromisso em compreender as facetas do cuidado em sua perspectiva interseccional encontra-se evidenciado nas Notas Informativas publicadas pela SNCF nos anos de 2023 e 2024, a saber, Nota nº 1 - As mulheres negras no trabalho de cuidado; Nota nº 2 – Trabalhadoras domésticas e políticas de cuidados; nº 3 – Trabalho infantil e políticas de cuidados; Nota nº 4 - Estudar, trabalhar, cuidar: jovens e o trabalho de cuidado no Brasil; Nota nº 5 – Envelhecimento e o direito ao cuidado².

A inovação de Política apresenta é uma oportunidade para se romper com o paradigma universalista e cartesiano de elaboração das políticas públicas, dando um passo para o pensamento complexo (Morin, 2008) e para a compreensão da realidade tendo em vista as suas pluralidades e potências.

2. MAPA DE CUIDADOS: ESTRATÉGIA DE ESCUTA E DESENHO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SITUADAS

O amadurecimento dos estudos sobre cuidados em minha trajetória acadêmica vem desde a reflexão sobre o lugar da mãe negra como cuidadora de corpos marginais em territórios de sobrevivência (Araújo; Góes, *et. al*, 2019; Araújo; Silva, *et. al*, 2019; Araújo e Santos, 2019). As produções apresentam uma análise sobre os cuidados integrando gênero e território como elementos fundamentais na produção de estratégias de sobrevivência e gestão da vida, dentro de um lugar social marcado pelo não-direito e por estereótipos marginalizantes.

As infâncias plurais (2023), foco de estudo do mestrado e doutorado em questiono o processo de marginalização das formas de cuidado/proteção dos diferentes grupos sociais em relação as suas crianças e adolescentes. Na referida pesquisa propus ampliar as lentes interpretativas sobre a relação entre infância/adolescência e trabalho, permitindo e agregando à investigação acadêmica os postulados da irregularidade e contradições do real, a partir de uma visão integrativa, ecológica e transdisciplinar. Desta forma, criticando os postulados universalizantes sobre a infância e adolescência, que ocultam no campo das estruturas sociais as categorias de raça, gênero, localidade e classe, que vão

² Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/orgaos/SNCF/notas-informativas> Acesso em: 20 ago. 2024.

delinear a construção de diferentes sentidos para a relação entre as noções que envolvem os sujeitos e a sua ligação com o universo do trabalho (ARAÚJO, 2022).

Além disso, desenvolvi produções sobre o processo de construção da política de cuidados na Argentina e no Brasil (Araújo, 2023, 2024), evidenciando a partir das minhas experiências (Evaristo, 2005) as diferentes trajetórias de cuidados vivenciadas pelas pluralidades de mulheres que integram o espaço social brasileiro. Essas construções foram dialogadas com estudos do feminismo negro sobre diferentes agendas de cuidados (Guimarães, 2024).

Durante esse processo, realizei a coordenação do “Seminário Internacional Reconfigurações nas agendas de cuidado em tempos pandêmicos: reflexões sobre o Brasil e a Argentina”, realizado na cidade de Brasília, juntamente com a professora Rosamaria Giatti Carneiro, docente do Departamento de Saúde Coletiva, Universidade de Brasília (UnB), nos dias 25 e 26 de agosto de 2022, onde foi possível discutir duas realidades distintas, a brasileira e a argentina, explorando aproximações e distanciamentos que permitiram contribuir com os estudos sobre cuidados a partir de uma perspectiva interseccional. As discussões foram compiladas em Dossiê temático pela Revista Interface: Comunicação, Saúde e Educação, em 2024³.

Essas experiências, somado a pesquisa de campo que realizei na Argentina, em 2022, supervisionado pela profa. Valéria Llobet (EH-UNSAM/LICH-CONICET), em que tive a honra de entrevistar Virginia Franganillo (que foi Conselheira do Consejo Nacional de la Mujer); Eleonor Faur (EIDAES-UNSAM, Argentina); Leandro Bleger (integrante da Dirección Nacional de Políticas de Cuidados (MMGyD); e a pesquisadora Johana Kunin, ampliaram minhas bibliografias e refinaram meu olhar para o contexto de pluralidades da América Latina.

As discussões teóricas e minhas experiências no campo social e na administração pública me direcionaram a estudar e desenhar instrumentos de escuta e de cartografia social de territórios, que fossem mais contextuais e com potencial transformativo da realidade. Dentro das discussões que venho desenvolvido no âmbito da participação social assevero que, mesmo nas situações socialmente mais problemáticas, o reconhecimento do outro como um mundo possível e como um sujeito de valores e saberes pode ser um primeiro passo na reconstrução de uma dignidade afetada pela

³ Disponível em: <https://humanas.blog.scielo.org/blog/2024/09/10/novo-cenario-de-construcao-de-politicas-de-cuidado-no-brasil-e-na-argentina/>. Acesso em: 12 set. 2024.

estigmatização. Neste processo, as Metodologias Integrativas podem promover inclusão, participação e capacitação dos grupos marginalizados na luta pela sua identidade, dignidade e direitos⁴.

O uso das metodologias integrativas em espaços participativos privilegia as trocas de saberes e conhecimentos e pode ser um sinalizador para se refletir sobre novas estratégias que possibilitem uma melhor efetividade dos direitos. Nesse sentido, fala-se da ampliação de um processo de escuta e reconhecimento de saberes que incidam na melhor resolução dos problemas locais, reconhecendo o processo de participação como pedagógico (Giannella, 2007; Araújo, 2017).

Esse corpo de saberes, que interligam teoria e prática, culminaram em uma proposta de atividade metodológica aplicada da Universidade de Brasília, em 2023. Nos dias (8, 13, 22, 29 de novembro e 6 de dezembro), foi realizado o Curso “O conceito de cuidados: matrizes teóricas e temas emergentes”, vinculado ao Departamento de Estudos Latino-Americanos - ELA e Coletivo de Antropologia e Saúde Coletiva (Laboratório de pesquisa, docência e extensão - CASCA da UnB, o evento será presencial e acontecerá no Auditório do PPGECsA na parte da noite (18:30h às 21:30 horas). O Curso teve por objetivo apresentar as matrizes teóricas sobre o conceito de cuidados, além de apresentar novas discussões e temas emergentes com enfoque para os estudos latino-americanos.

O público-alvo do curso (aproximadamente dez pessoas por encontro) reuniu pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação do campo das Ciências Humanas e Sociais, com interesse por estudos sobre cuidado, gênero, pandemia de Covid-19, estudos comparados, pensamento social latino-americano, maternagens e interseccionalidade; atores sociais e públicos que atuem direta ou indiretamente com elaboração legislativa, formulação e controle das políticas públicas; movimentos sociais e comunidade do entorno.

A matriz pedagógica do curso se dividiu em cinco unidades, a saber, Matriz teórica Trabalho de Cuidado – Estudos sobre gênero e trabalho e trabalho de cuidados (que contou com a participação da jurista baiana Joana Rodrigues); Matriz teórica Ética Cuidado – Estudos de Gilligan (1982); Matriz teórica Política Pública e direito ao cuidado (que contou com a participação da Diretora do Departamento de Cuidados da Primeira Infância e Pessoa Idosa da Secretaria Nacional de Cuidados e Família / MDS, Maria Carolina Alves); Matriz teórica Interseccionalidade e cuidado; e, Estudos brasileiros e Latino-americanos/Temas emergentes sobre cuidados.

⁴ Disponível em: <https://democraciaeparticipacao.com.br/index.php/mais/caminhos-e-encontros/253-caminhos-e-encontros-1-danielle-ferreira-medeiros-da-silva-de-araujo> Acesso em: 12 set. 2024.

O foco deste artigo é evidenciar as pluralidades de vivências que se interligaram ao longo do curso, ratificando a ideia de que cuidado é aquilo que nos passa, e que também se constitui como um saber da experiência (Bondía, 2022). Conhecimentos que se constroem nas relações sociais e que são afetados pelas representações sociais (Jodelet, 2017) que envolvem os papéis tradicionalmente estabelecidos para quem cuida e quem é cuidado.

Para desnaturalizar esses papéis que em geral colocam as mulheres como cuidadoras quase exclusivas dentro das famílias, sobrecarregando suas trajetórias no âmbito físico, emocional,

PERGUNTAS NORTEADORAS

Quem cuidou de você? Poderia descrever essa pessoa? Como se estabeleceu suas redes de cuidado na infância e atualmente? Você cuida de alguém?

econômico, por exemplo, requer avanços que vão além de dos estudos críticos e da inclusão de novos conceitos dentro do âmbito legislativo e executivo das políticas públicas, trata-se de um passo metodológico que reúne esses diferentes saberes dialogados com as narrativas sociais, criando caminhos para a solução coletiva das problemáticas locais e criação de políticas públicas estruturais.

Ao observar a experiência argentina através do Parlamento Territorial de Cuidado, usando estratégias de escuta no território para a construção de políticas públicas de cuidados, evidencio o respeito com a consideração do sentido de cuidado, o levantamento das necessidades locais e o diálogo sobre a destinação de recursos para uma política de cuidados localizada, processo detalhado em meu relatório de pós-doutorado (Araújo, 2023).

A estratégia implementada no curso da UnB teve como modelo essa experiência e buscou compreender como se construía as redes de cuidados dos participantes do curso. As fases da metodologia que denomino Mapa de Cuidados.

1ª FASE

Outras perguntas norteadoras podem ser incluídas como qual a noção de cuidado para o grupo, acesso à serviços de cuidados e sobre uso do tempo.

2ª FASE

MANIFESTAÇÕES INDIVIDUAIS

Os participantes começar a rememorar suas vivências e quem participou das suas redes de cuidados desde a infância, articulando suas memórias com as suas atuais agendas de cuidados.
--

Os processos de reflexão sobre o tema foram instigados a partir das leituras de textos orientados e discussões durante o curso, mas podem ser utilizados outros recursos audiovisuais, inclusive produzidos dentro do território. Dependendo do número de pessoas, pode ser dado um tempo para discussão em grupos, com uso também de instrumentos que possibilitem o desenho ou a representação da rede de cuidados (em papel, cartolina, aplicativos de construção coletiva, entre outros).

No curso, os participantes compartilharam o perfil de suas cuidadoras, se familiares ou remuneradas, se vivenciam uma rede mais ampla ou pequena de cuidados e como se apresenta a atual agenda de cuidados.

3ª FASE

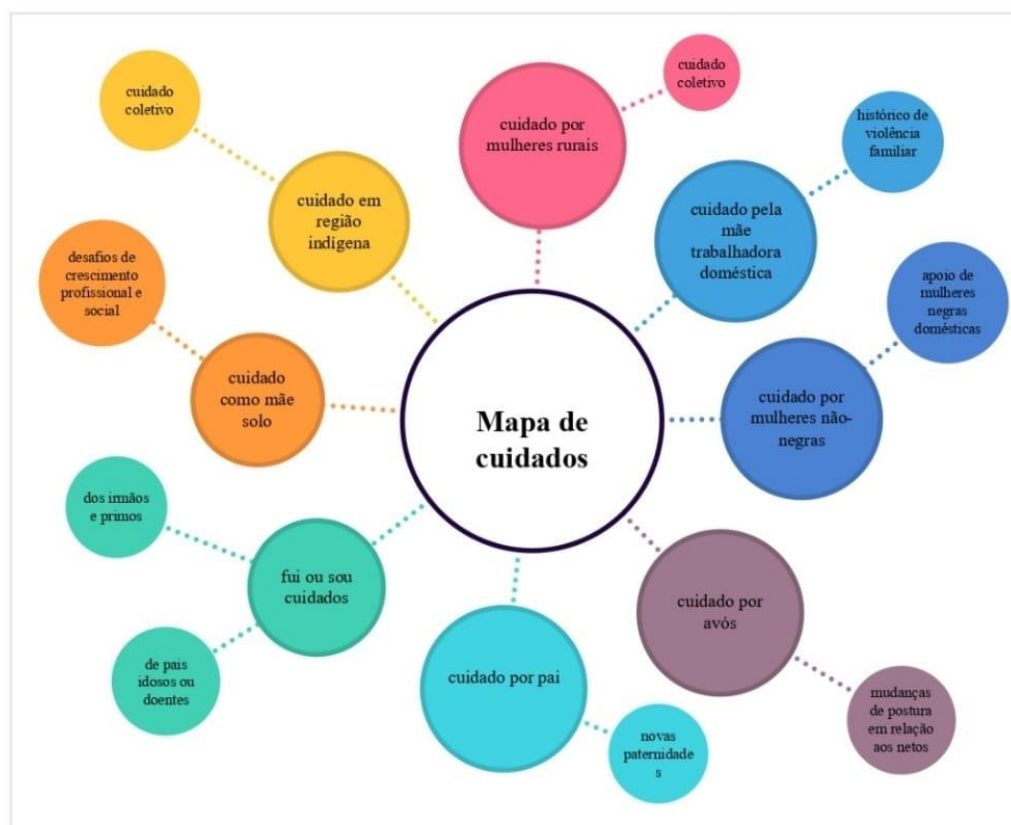
DIÁLOGOS

Os participantes comentam entre si sobre aproximações e distanciamentos entre suas narrativas e as narrativas dos outros.

Nesse momento, o mediador pode realizar outra dinâmica que aproxime e diferencie as narrativas, dialogando com o resultado com os textos dirigidos, dados de pesquisas e deixando que o grupo faça uma análise crítica sobre o desenho formulado a partir das suas vivências.

No referido curso, conseguimos chegar ao desenho apresentado abaixo:

Figura 2 – Mapa de Cuidados do curso O conceito de cuidados: matrizes teóricas e temas emergentes - UnB



Fonte: Autoral (2023).

As formas de cuidar se diferenciavam e se encontravam através de elementos territoriais e culturais, permitindo que o grupo pudesse sair de uma dimensão individualista para uma dimensão coletiva, evidenciando os enfrentamentos, as desigualdades e as interseccionalidades.

O Mapa permitiu evidenciar elementos de gestão da vida fundantes para determinados territórios, como os rurais e indígenas, marcados pelos saberes ancestrais e tradicionais de cuidados (Araújo, 2024). Também possibilitou enxergar as diferenças raciais no que tange ao direito de ser cuidado, por exemplo, apenas os participantes não-negros tiveram apoio de cuidadores remunerados, enquanto os outros recorreram mais às redes comunitárias de cuidados.

4ª FASE

LEVANTAMENTO DE DEMANDAS E DESENHO DE SOLUÇÕES COLETIVAS

Os próprios participantes identificam as ausências e os privilégios que marcaram a sua trajetória tendo em vista as relações de cuidados que os marcaram, identificando caminhos que foram trilhados, mas também outros que seriam possíveis em um cenário de corresponsabilização dos cuidados.

No curso não foi possível aprofundar nesse tópico. Mas os saberes dessa experiência puderam ser ampliados em outro curso que tive oportunidade de ministrar na Escola Nacional de Administração Pública - ENAP o curso Políticas Públicas e Interseccionalidades, em 2024. O curso teve como objetivos: definir interseccionalidade, identificando suas origens e seus usos; distinguir o conceito e o uso da interseccionalidade no contexto brasileiro; aplicar a interseccionalidade para conceber e desenhar um esboço de política pública; elaborar um plano de implementação de política pública fundamentado na Interseccionalidade; avaliar desenhos de políticas públicas, explorando a interseccionalidade como indicador de avaliação.

Na oportunidade, junto com uma turma formada por servidores públicos de diferentes níveis federativo, podemos discutir a partir desse case a importância das estratégias de escuta, da identificação de lacunas e soluções co-construídas no território, incentivando que os mesmos pudessem construir desenhos de políticas públicas mais inclusivos e interseccionais.

A proposta de apresentar essa experiência é registrar uma concepção de construção de políticas públicas de cuidados que estejam pautadas nas narrativas e saberes dos territórios, identificando as lacunas no acesso aos serviços públicos, mas, concomitantemente, valorizando os saberes localizados e as soluções coletivas construídas a partir dos próprios recursos comunitários ao longo dos anos de ausência do Estado, impulsionando assim a transformação criativa da realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a questão étnico-racial é uma categoria analítica fundamental. Deve-se compreender os cuidados a partir de diferentes perspectivas. É preciso se olhar para o Sul Global, para a história das mulheres negras, das mulheres rurais e das culturas tradicionais, que se fundamentam a partir do cuidado, para aprender sobre os saberes e engenhosidades ancestrais, a religião com a natureza, evidenciando uma dinâmica de corresponsabilidade e troca de cuidados.

É preciso se aprofundar em estudos sobre as contribuições que as mulheres negras, indígenas, ciganas, quilombolas, entre outras, podem dar para a construção decolonial de uma agenda de cuidados

integrada com a ancestralidade e a natureza. Entender, a partir dos seus territórios a potência dessas mulheres na construção de estratégias de gestão da vida e de mecanismos de sobrevivência mesmo em contextos de assimetrias sociais e apagamentos.

Para isso, o caminho está na construção de novos instrumentos participativos, pautados em metodologias integrativas, que possibilitem o reconhecimento dos saberes tradicionais de cuidados e a efetivação de políticas públicas transformativas da realidade, ou seja, que resolvam os problemas reais apontados pela própria comunidade, mas com a sabedoria acumulada do próprio território.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade? Belo Horizonte - MG: Letramento: Justificando, 2019. p. 11-68.

ANDRADE, Luiza Lobato. Gênero, Trabalho E Bem-Estar Social Na América Latina: um estudo das políticas de licenças maternidade, paternidade e parentais no Brasil, Chile e Uruguai. Brasília: 2018 [Dissertação] Ciências Sociais -Estudos Latino-Americanos.

ARAÚJO, Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo. Espaços participativos e o uso de metodologias integrativas para efetividade de direitos. Anais do Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas v. 2, n. 2, 2017. Disponível em: https://anepecp.org.br/anaisenepecp/20180723152705_36_Espacos_participativos_e_o_uso_Danielle_Araujo.pdf Acesso em: 12 set. 2024.

ARAÚJO, Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo; GÓES, Eva; SANTOS, Walkyria. Chagas. Da casa grande à universidade: uma análise sócio-jurídica do trabalho doméstico e do acesso ao direito fundamental à educação no Brasil. In: SALLES, D. et al. (Org.). Visões de direitos humanos e fundamentais. Rio de Janeiro: Multifoco, 2019, p. 98-114.

ARAÚJO, Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo.; SILVA, F.L.da; QUIRINO, K.T.M.; NASCIMENTO, M.M.; SANTOS, W.C.S. Feminismos negros: mães de corpos marginais. In: MELLO, Paula Balduino de Melo et al. (Org.).Descolonizar o feminismo.VII Sernegra. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2019.

ARAÚJO, D. F. M. S.; SANTOS, W. C. DA S. Raça como elemento central da política de morte no Brasil: visitando os ensinamentos de Roberto Esposito e Achille Mbembe. Revista Direito e Praxis, v. 10, n. 4, out. 2019, p. 3024–3055.

ARAÚJO, Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo. Reconfigurações nas agendas de cuidados? um estudo comparado entre Argentina e Brasil. Foz do Iguaçu: CLAE. 2023.

ARAÚJO, Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo; CARNEIRO, Rosamaria Giatti. O processo de construção de uma política de cuidados no Brasil e na Argentina: uma perspectiva comparada. *Confluências | Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, v. 25, n. 2, p. 160-183, 31 jul. 2023.

ARAÚJO, Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo. Territórios de sobrevivência: mulheres negras e o cuidado pensado a partir de uma perspectiva interseccional. *Revista de Estudos em Relações Interétnicas | Interethnica*, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 167–202, 2024.

ARAÚJO, Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo, *et al.* Apresentação – Experiências e políticas do cuidado durante e após a pandemia de Covid-19: um diálogo entre Brasil e Argentina. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação* [online]. 2024, vol. 28, e240043. [viewed 10 September 2024].

ARAÚJO, Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo. Trabalho de cuidado: uma análise sobre a construção de uma política nacional de cuidados. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região**, v. 28, n. 1, p. 90-100, 9 jul. 2024.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*. [online], n.19, pp.20-28, jan./abr. 2002.

CASTILLA, María Victoria; KUNIN, Johana; ESMORIS, Maria Florencia Blaco. Pandemia y novas agendas de cuidado. Documento n°8/2020. *Secretaría de Investigación Instituto de Altos Estudios Sociales, IDAES, UNSAM*, 2020.

CARDOSO, Ana Cláudia Moreira; PEREIRA, Maria Júlia Tavares. A plataformização do trabalho no Brasil e o subsetor dos cuidados: uma revisão de achados bibliográficos. São Paulo: Cebrap, 2023.

CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e Caribe. Informes COVID-19. María Nieves Rico y Olga Segovia (eds.), ¿Quién cuida en la ciudad? Aportes para políticas urbanas de igualdad, Libros de la CEPAL, N° 150 (LC/PUB.2017/23-P), Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2017.

DALY, Mary; LEWIS, Jane. The concept of social care and the analysis of contemporary welfare states. *The British Journal of Sociology*. London, v. 51, n. 2, p. 281–298, 2000.

DUFFY, Mignon. Reproducing Labor Inequalities: Challenges for Feminists Conceptualizing Care at the Intersections of Gender, Race and Class. *Gender & Society*, v. 19, n. 1, p. 66–82, 2005.

DUFFY, Mignon. *Making Care Count: A Century of Gender, Race and Paid Care Work*. New Jersey: Rutgers University Press, 2011.

ESQUIVEL, Valeria; FAUR, Eleonor; JELIN, Elizabeth. Hacia la conceptualización del cuidado: familia, mercado y estado. In: ESQUIVEL, Valeria; FAUR, Eleonor; JELIN, Elizabeth (Ed.). *Las lógicas del cuidado infantil: entre las familias, el Estado y el mercado*. Buenos Aires: IDES, 2012. p. 11–44.

FARIA, Nalu; MORENO, Renata. *Cuidado, Trabalho e Autonomia das Mulheres*. São Paulo: SOF, 2010.

FERBER, Marianne A.; NELSON, Julie A. *Beyond economic man: feminist theory and economics*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

FERBER, Marianne A.; NELSON, Julie A. *Feminist economics today: beyond economic man*. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

FERRITO, B. *Direito e Desigualdade: Uma Análise Da Discriminação Das Mulheres No Mercado De Trabalho A Partir Dos Usos Dos Tempos*. São Paulo: LTr. 2021.

FOLBRE, Nancy (Ed.). *For Love and Money: Care Provision in the U. S.* New York: Russel Sage Foundation, 2012.

FRASER, Nancy. *Fortunes of feminism: from State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis*. Londres: Verso, 2013.

GARDINER, Jean. El trabajo doméstico de las mujeres. In: RODRÍGUEZ, Dinah; COOPER, Jennifer. *El debate sobre el trabajo doméstico: antología*. México: Universidade Nacional Autónoma de México e Instituto de Investigaciones Económicas (UNAM), 2005. p. 92–107.

GIANNELLA, Valéria. O nexos pesquisa-ação: qual conhecimento para que políticas?. In: *Gestión Local del desarrollo y lucha contra la pobreza. Aportes para el fortalecimiento de la investigación y las políticas en América Latina*. Luiz Carrizo (Editor), Manoel Carbalha Edición. Montevideo, 2007.

GILLIGAN, Carol. *Joining the Resistance*. Cambridge: Polity Press, 2011.

GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA; Helena Sumiko; SUGITA, Kurumi. Cuidado e cuidadoras: o trabalho de care no Brasil, França e Japão. *Sociologia & Antropologia*, v. 1, n. 151, p. 151–179, 2011.

GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena Sumiko. *O gênero do cuidado: desigualdades significações e identidades*. São Paulo: Ateliê Editorial. 2019.

GUIMARÃES, W.C.S.S. Reflexões sobre agendas de cuidado e população negra brasileira. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação* [online]. 2024, vol. 28, e230076 [viewed 10 September 2024]. <https://doi.org/10.1590/interface.230076>. Available from: <https://www.scielo.br/j/icse/a/QtMRxHXMMzKWjbGSJzPNVGm/> Acesso em: 12 set. 2024.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A Classe operária tem dois sexos. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis. Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 92-100, 1994.

HIRATA, Helena. Por una arqueología del saber acerca del cuidado en Brasil: la influencia de la investigación sobre los cuidados en Francia en el campo de los estudios del cuidado en Brasil. In: *Congreso Latinoamericano de Estudios de Género y Cuidados: Miradas latinoamericanas al cuidado*, Montevideo, UDELAR, Comunicação Oral, 2018.

JODELET, D. *Representações sociais e mundos de vida*. Curitiba: PUCPRESS, 2017.

MDS - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Cuidados e Família. Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados do Brasil. 2023. Disponível em: Governo Federal - Particpa + Brasil - Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados do Brasil (www.gov.br). Acesso em: 21 ago. 2024.

MOLINIER, Pascale; PAPERMAN, Patricia. Descompartimentar a noção de cuidado? Revista Brasileira de Ciência Política, p. 43-57, 2015.

MONTAÑO, Sonia; CALDERÓN, Coral (Org.). El cuidado en acción: entre el derecho y el trabajo. Santiago: Cepal, 2010.

MORIN, Edgar. Ciência com consciência. Trad. Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 11ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MORENO, Renata. Implicações da digitalização para o cuidado. As plataformas digitais de trabalho e os caminhos da “inteligência artificial”. São Paulo: Instituto Lula, 2022. Disponível em: <https://www.institutolula.org/implicacoes-da-digitalizacao-para-ocuidado>. Acesso em: 10 mai. 2024.

PAUTASSI, Laura. Educación, cuidado y derechos – Propuestas de políticas públicas. Ser Social, Brasília, v. 13, n. 29, p. 10–34, 2011.

QUIROGA DIAZ, Natália. “Economía del cuidado. Reflexiones para um feminismo decolonial”. Casa de la Mujer. n° 20, v. 2, jul/dic, 2011, p. 97-116.

REID, Margaret G Gilpin. Economics of household production. New York: Wiley and Sons, 1934.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec. 1996

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, 1995.

VIEIRA, Regina S. C. O cuidado como trabalho: uma interpelação do Direito do Trabalho a partir da perspectiva de gênero. 2018. Tese (Doutorado em Direito) — Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO:

Esta pesquisa não recebeu nenhuma subvenção específica de qualquer agência de financiamento dos setores público, privado ou sem fins lucrativos.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: A autora declara que não há conflito de interesses a mencionar.

MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER (limite-se às informações essenciais e não ultrapasse 3 linhas).

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.